

O debate da Política Pública em Londrina e o desmonte do SUAS

O Conselho Regional de Serviço Social – CRESS 11ª Região – PR, através da Seccional de Londrina, convocou a Conferência Livre com o tema: O Desmonte da Política Pública e os Rumos do SUAS em Londrina, que foi realizada no dia 31 de maio de 2017. A Conferência teve início às dezoito horas e trinta minutos, a partir da leitura de um texto reflexivo acerca do atual contexto político, econômico e social pelo Secretário Daniel Soares dos Santos. Em seguida, houve a composição da mesa com o Coordenador da Seccional de Londrina Marcelo Nascimento de Oliveira, Fábio Henrique articulador local do FETSUAS e Telma Maranhão, Assistente Social, conferencista central do evento.

O Coordenador pontuou o papel do Conjunto CFESS/CRESS enquanto autarquia federal e a dimensão política deste Conjunto que integram bandeiras de lutas e ações em defesa da profissão, do exercício profissional e dos serviços prestados com qualidade aos usuários das políticas públicas razão pela qual estes profissionais são contratados e reconhecidos socialmente. Destacou ainda as ações realizadas pela Seccional na defesa das políticas públicas, na dimensão ético-política e na defesa do exercício profissional do assistente social, articulado com o CRP, dentre outras instituições como Defensoria Pública, Ministério Público, Centro de Direitos Humanos e os Movimentos Sociais. Por fim, destacou que no último dia 15 de maio houve a posse da gestão do CRESS Paraná ressaltando a luta pela defesa de nenhum direito a menos, quando também considera que o CRESS possui cadeira no Fórum Estadual de Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social SUAS. Este evento se destaca pelo seu papel propositivo e expressivo do posicionamento do CRESS contra o desmonte da política pública em todo o País e na defesa da classe trabalhadora.

O psicólogo Fábio Henrique destacou o papel desempenhado pelo CRP em encontro aberto realizado no dia..... envolvendo vários profissionais, quando desde então problematizou-se a articulação e construção do Fórum de Trabalhadores do SUAS. Desde então foi criado um grupo composto por profissionais na perspectiva de refletir a política pública de Assistência Social. Destacou o encaminhamento da carta elaborada pelo FET-SUAS em apoio aos/as trabalhadores/as da política de assistência social em Londrina, dentre eles/as os/as que abriram mão de seus cargos em defesa da oferta da qualidade da política pública de assistência social. Este documento foi lido em Plenária na íntegra. Fábio frisou que este é o momento de fortalecimento em defesa desta política e se propôs em apoiar este início de construção de um fórum permanente como forma de organização e articulação de trabalhadores de todos os setores do SUAS.

Na sequência Telma Maranhão agradeceu o convite ressaltando o posicionamento de assistentes sociais comprometida com o SUAS, cuja postura coletiva enquanto grupo possui um significado importante por se tratar da defesa da qualidade de uma política pública e cujo marco histórico do município é referência nacional. Sua abordagem refletiu os rumos do SUAS a partir da contextualização do atual momento vivenciado

pelo país: “Estamos vivenciando um momento difícil o qual o Golpe desencadeado pela Câmara dos Deputados e formalizado, é histórico de uma cultura política da sociedade a qual não exercita o pleno direito da democracia”. Destacou o marco da Constituição Federal de 1988, que foi essencial para o avanço das políticas públicas e favoreceu um desenvolvimento positivo da política de Assistência Social. No entanto, este golpe tem evitado o avanço do processo que se iniciou a partir da centralidade no eixo Rio - São Paulo, favorecido por uma mídia destrutiva que fortalece uma oligarquia existente, de um modelo ortodoxo, com violação de direitos no qual o capital financeiro dá o direcionamento. “Elegemos no Brasil o congresso mais conservado dos últimos trinta anos, cuja a articulação do setor conservador não aceita a distribuição de renda, logo, a realidade de Londrina está entrelaçado nesse contexto e a cada instante observamos novas notícias de desmonte dos serviços públicos”. Telma destacou a determinação do Governo Beto Richa no corte investimentos a não executar o orçamento previsto para o funcionamento das universidades públicas no Estado, ressaltando o avanço do modelo neoliberal no país. “Isso tudo tem ocorrido de maneira rápida, como a PEC que estabelece um novo regime fiscal aprovada pelo congresso e congela por vinte anos o investimento no orçamento das políticas públicas sobretudo educação e saúde, demonstrando a inviabilização da execução dos planos dessas políticas e causando o desmonte do Sistema Único de Saúde e da Educação Pública brasileira. O novo regime orçamentário aprovado causa um prejuízo de mais de 8 bilhões nas políticas públicas e o atual governo causa o desmonte direto das políticas de combate à violência de gênero, contra a homofobia, o machismo e o racismo”. “O desmonte do INSS também é algo a se destacar e tudo isso compromete o campo social. A pauta que foi aprovada, muito rápida, não incorpora direitos e libera a terceirização de atividades fins na área de saúde, educação. Outra discurso recorrente é PEC da reforma da previdência que impacta diretamente sobre os Benefícios de Prestação Continuada e regime de aposentadorias para trabalhadores urbanos e rurais. O Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicada - IPEA trás algumas informações sobre a perspectiva de vida desse público, sobretudo rural que não atingirá a média de idade proposta para a reforma da previdência, algo que interfere muito na rede da política de assistência social. Em Londrina dados estatísticos apontam que no Cadastro Único (CadÚnico) existem até 32 mil famílias que vivem com renda de um salário mínimo. Se a política trabalhasse somente com esse público isso já aponta uma grande demanda a ser atendida pela Proteção Básica de Assistência Social. Temos que debater a questão de gênero e as condições de trabalho entre homens e mulheres, as quais sofrem extrema desigualdade da jornada de trabalho, remuneração dentre outros.

Importante destaque se concentrou no Programa Criança Feliz. Um programa de governo, que descaracteriza a política pública de Assistência Social com caráter de Estado, expressa uma forma de imposição contraditória e pontual sem nenhum compromisso de continuidade com a população atendida. “Tivemos uma missão importante que foi de profissionalizar essa área e nossa luta é falar em nome da população mais afetada: pobre, negros, dentre outros que sofrem preconceitos históricos”. Telma encerrou destacando a força da rede de Assistência Social de Londrina e a importância do engajamento para se fortalecer na luta em defesa da política das políticas públicas.

Na sequência, abriu-se para o debate e manifestação dos participantes.

Na ordem, a Conferência foi marcada por manifestação e posicionamento conforme a seguir:

Sandra Regina Nishimura: Destacou as situações vivenciadas no atual contexto da política de Assistência Social com a preocupação de relatar o escrito em documento para que não se perdesse a essência de suas preocupações. Sandra destacou os avanços na política de assistência contrapondo os desmontes que vem sendo construído a nível nacional e que chega ao município como é o caso do Programa Criança Feliz do Governo Federal e isso faz parte do desmonte.

Ana Cristina Goes Fuentes: Destacou sua motivação pela participação e representação do público que integra profissionais de diversas áreas. Refletiu que o cenário que está presente vira as costas ao SUAS frente ao seu desmonte, logo a decisão do grupo de profissionais que no último dia 08 de maio entregaram seus cargos na Política de Assistência Social, vem na contramão desse desmonte. “Nossa intenção é fortalecer e dar continuidade aos serviços considerando que tal caráter de gestão já foram superados no Município, e justo por acreditar na construção dessa política, a postura do grupo nesse contexto foi em respeito ao público que são atendidos pela política de assistência social.

Marcia Helena Carvalho Lopes: Parabenizou a iniciativa da Seccional pela realização do evento e pontuou o regate positivo proferido pela palestrante central do tema, destacou o discurso proferido por Sandra Nishimura, que ao longo dos anos contribuiu nessa construção do SUAS em Londrina. Márcia destacou a fala do Ex-Ministro Patrus quanto à importância de prepararmos os usuários e trabalhadores para essa defesa, a defesa de um Sistema Único que atenda e que garanta direitos que hoje estão ameaçados e que corremos o risco de perder na Política.

Sandra Coelho: Há 25 anos atuando na Política de Assistência Social e contra a violação de direitos e ressaltou que os serviços da Proteção Social Especial não difere também da realidade que vivenciam os serviços de Proteção Social Básica de Londrina. Destacou o protocolo de um documento no CMAS e SMAS, que pelo caráter dessa Conferência em nome do grupo relatou o que vem ocorrendo na política de Proteção Social Especial. Com a carta Sandra deixou registrado em nome do grupo o posicionamento contra a precarização dos serviços ofertados aos usuários, contrário também às decisões centralizadas e verticalizadas, uma prática que não serve para o SUAS.

Sara Elaine de Oliveira Alexius: A profissional ressaltou os desafios do SUAS, destacando dois deles: a importância do olhar coletivo acerca dos serviços e como estes são prestados aos usuários; e, o desafio da formação política, tanto dos trabalhadores quanto dos usuários para exigência da oferta de serviços e a qualidade destes. Para a profissional, é fundamental ocupar os espaços representativos e sindicatos, além de busca constante por uma comunicação alternativa e autêntica que permita aos trabalhadores o fortalecimento na luta.

Márcia Paiva: Destacou em relação ao trabalho das organizações não governamentais e a contribuição dos trabalhadores na construção e qualificação da

Política de Assistência Social. Refletiu sobre os impactos que estes sofrerão com o processo de terceirização, com o atraso dos repasses das verbas federais que já tem obrigado a entidades deixarem de executar vários serviços dentro do SUAS e migrar para outras políticas. Ressaltou que nenhuma entidade se dispôs a assumir o Conselho Municipal de Assistência Social mesmo tendo pessoas comprometidas. “Temos que ocupar e utilizar os espaços existentes, a rede de serviços, as pré-conferências que serão realizadas, para fazer essa discussão com os usuários, trazer a reflexão do trabalhador; temos que qualificar estes espaços e nos posicionarmos trazendo os usuários para esse debate.

Vanessa (usuária de serviço): é usuária do Centro POP há treze anos e frisou que o atendimento neste serviço está cada vez mais precário. Denunciou que já por diversas vezes presenciou a situação da guarda municipal em truculência contra adolescentes, desde a revista para o ingresso e acompanhamento ao serviço. “Além faltar equipamentos para o atendimento, falta equipe técnica no Centro POP”. Ressaltou que além de ver a falta de equipamentos, é visível que a gestão municipal não vem se preocupando com estes serviços e principalmente com o preconceito institucionalizado nestes espaços contra homossexual, transexual, principalmente para sua qualificação e inserção no mercado de trabalho.

Gisele de Cássia Tavares: A profissional destacou quanto aos encaminhamentos que serão realizados pelo CMAS. Apontou que o será feito ofícios e que estes serão encaminhados: ao Sindicato dos Servidores Municipais, ao Sindicato das Entidades, ao Ministério Público, à Defensoria Pública, ao Conselho Regional de Serviço Social e ao Conselho Regional de Psicologia, além do Conselho de Direitos Humanos.

ENCAMINHAMENTOS:

- 1) CRESS-PR: o Coordenador da Seccional solicitou o encaminhamento dos documentos ao CRESS-PR, informando que será encaminhado ofício ao Ministério Público, Defensoria Pública, Centro de Direitos Humanos e Secretaria Municipal de Assistência Social, solicitando providências e medidas contra o desmonte do SUAS; além de informar ao Prefeito Municipal e Câmara de Vereadores quanto à responsabilidade no compromisso com os usuários dos serviços da política de Assistência Social.
- 2) Composição do Fórum: o CRESS-PR realizará contato com a coordenação do Fórum Estadual dos Trabalhadores do SUAS – FETSUAS para o suporte e construção e formalização do Fórum em Londrina.
- 3) Fórum de usuários: a partir da articulação entre trabalhadores do SUAS e problematização com a Câmara Temática de Assistência Social, será estudada a possibilidade de construção deste espaço.
- 4) Composição da Câmara Temática de Seguridade na Seccional: a partir da ampliação e participação da base, será organizado grupo que aprofundará a discussão acerca dos rumos da política de Assistência Social.